

Demonstrações Contábeis

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 3.12 às demonstrações contábeis, que descreve que, em decorrência do reconhecimento dos efeitos da revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectiva revisão das margens de construção e O&M, incluindo os respectivos efeitos tributários e reclassificação de montantes de adiantamentos de clientes originalmente divulgados como ativo contratual da concessão para a rubrica de contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Adicionalmente, o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019), preparadas originalmente antes do ajustes descritos na nota explicativa nº 3.12, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de março de 2019. Como parte de nossos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 3.12 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2018 tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', written over a horizontal line.

Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2020, 2019 e 1º de janeiro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2019	Reapresentado 01/01/2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.355	8.642	6.676
Investimentos de curto prazo	4	-	7.749	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.232	924	4.935
Ativo contratual da concessão	5	37.394	37.328	37.146
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		38	172	65
Adiantamento a fornecedores		173	187	-
Outros tributos compensáveis		12	17	6
Outros ativos		1.229	1.277	1.368
		49.433	56.296	50.196
Ativo não circulante				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		320	406	320
Ativo contratual da concessão	5	172.362	185.779	167.676
Outros tributos compensáveis		199	199	199
Outros ativos		1.001	917	1979
Imobilizado		143	201	6
Intangível		11	4	27
		174.036	187.506	170.207
Total do ativo		223.469	243.802	220.403

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2020, 2019 e 1º de janeiro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2019	Reapresentado 01/01/2019
Passivo circulante				
Arrendamento mercantil		55	60	-
Fornecedores		978	1.030	1.282
Imposto de renda e contribuição social a pagar		368	469	390
Outros tributos a pagar		292	800	805
Dividendos a pagar		4.763	-	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	7	2.486	2.482	1.758
Outros passivos		3.535	2.652	602
		12.477	7.493	4.837
Passivo não circulante				
Arrendamento mercantil		89	136	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	6.677	7.102	6.567
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	7	11.462	12.356	15.557
Outros passivos		199	199	201
		18.427	19.793	22.325
Patrimônio líquido				
Capital social	9	161.416	194.416	194.416
Reservas de lucro	9	16.861	11.146	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	9	14.288	10.954	-
Prejuízos acumulados		-	-	(1.175)
		192.565	216.516	193.241
Total do passivo e do patrimônio líquido		223.469	243.802	220.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2019
Receita operacional líquida	11	30.939	60.690
Custos dos serviços prestados			
Pessoal		(2.271)	(2.592)
Material e serviços de terceiros		(1.353)	(2.796)
Outros		(149)	(118)
Lucro bruto		27.166	55.184
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal e administradores		(429)	(460)
Material e serviços de terceiros		(516)	(189)
Depreciação e amortização		(54)	(68)
Outras despesas operacionais líquidas		(17)	(89)
		(1.016)	(806)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		26.150	54.378
Receitas financeiras	12	492	1.442
Despesas financeiras	12	(675)	(150)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		25.967	55.670
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(1.589)	(1.963)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 e 13	388	(432)
Lucro líquido do exercício		24.766	53.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Reapresentado 31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício		24.766	53.275
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>24.766</u>	<u>53.275</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)		194.416	10.318	(11.493)	-	-	193.241
Lucro líquido do exercício						53.275	53.275
Destinação proposta à AGO:							
Reserva legal		-	2.156	-	-	(2.156)	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	10.954	(10.954)	-
Reserva de lucro do exercício (Adequação ao Ofício CVM 04/2020)		-	-	10.165	-	(10.165)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		194.416	12.474	(1.328)	10.954	-	216.516
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(10.954)	-	(10.954)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.766	24.766
Redução de capital		(33.000)	-	-	-	-	(33.000)
Destinação proposta à AGO:							
Reserva legal		-	1.002	-	-	(1.002)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(4.763)	(4.763)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	14.288	(14.288)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	4.713	-	(4.713)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9	161.416	13.476	3.385	14.288	-	192.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	25.967	55.670
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	54	68
Juros e variação monetária	663	140
Contribuições e encargos regulatórios diferido	(1.237)	(3.200)
Outros itens	-	364
	25.447	53.042
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(1.222)	(205)
Ativo contratual da concessão	13.859	(14.155)
Impostos a recuperar	139	(118)
Outros ativos	(22)	966
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(52)	(252)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(1.024)	(303)
Outros passivos	251	2.286
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(1.372)	(1.484)
Adiantamento de clientes	-	-
	36.004	39.777
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos curto prazo	7.749	-
Aplicações de investimentos curto prazo	-	(7.749)
Aplicações no imobilizado	6	(7)
Aplicações no intangível	(9)	(2)
	7.746	(7.758)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Redução de capital	(33.000)	-
Pagamentos de dividendos	(10.954)	(30.000)
Pagamento de arrendamento mercantil	(83)	(53)
	(44.037)	(30.053)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(287)	1.966
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8.642	6.676
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.355	8.642
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(287)	1.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 2 de dezembro de 2005 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Acy Aviano Varela Xavier - Acesso BR 116, KM 239 - Lages - SC.

A STC possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	Contrato de concessão		Data da entrada em operação comercial	Ciclo do degrau
			RAP (*)	Índice de correção		
006/2006	30	2036	48.133	IPCA	nov/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725 de 14/07/2020. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 48.133.

De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da STC entende que, ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, e visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional-Continuação

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia-Continuação

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IPCA) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis-Continuação

2.2 Adoção do Ofício circular CVM 04/2020

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adequou suas práticas contábeis, revisitou as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior. Em decorrência da relevância dos ajustes identificados sobre os saldos de exercícios anteriores, a Companhia está reapresentado os valores correspondentes, conforme divulgado na nota 3.12.

2.3 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da STC. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção,

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a STC efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da STC avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção e O&M. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a STC tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas

3.1 Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também das contribuições e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas-Continuação

3.1 Reconhecimento da receita-Continuação

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas--Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão-Continuação

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, de 7,5% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA ou IGP-M.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas--Continuação

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da STC revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, a STC não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas—Continuação

3.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a STC possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.7.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8 Arrendamentos

A STC avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a STC reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.9 Tributação

3.9.1 Tributos sobre a receita

As receitas da STC estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas—Continuação

3.9 Tributação

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da STC são calculados pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas—Continuação

3.11 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da STC, estão descritas a seguir. A STC pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Substituição do IFRS 4 - Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022;
- Alterações ao IAS 16 - Ativo Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido.

3.12 Representação de valores correspondentes

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Dessa forma, visando a melhoria na qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e a melhor comparabilidade dos saldos, a STC realizou os ajustes retroativos nos balanços patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 04/2020, onde foram reavaliadas: a) as premissas de cálculo do ativo contratual aplicada no contrato de concessão e b) os respectivos efeitos tributários. Adicionalmente, a Companhia reclassificou: c) montantes de adiantamentos de clientes originalmente divulgados como ativo contratual da concessão para a rubrica de contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias. O sumário desses ajustes realizados é apresentado como segue:

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas—Continuação

3.12 Representação de valores correspondentes

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e em 1º janeiro de 2019:

	Ref	Originalmente emitido 31/12/2019	Ajustes	Reapresentado 31/12/2019	Originalmente emitido 01/01/2019	Ajustes	Reapresentado 01/01/2019
ATIVO CIRCULANTE		<u>59.056</u>	<u>(2.760)</u>	<u>56.296</u>	<u>50.196</u>	<u>-</u>	<u>50.196</u>
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(a)	5.054	(4.130)	924	4.935	-	4.935
Ativo contratual da concessão	(a)/(c)	35.958	1.370	37.328	37.146	-	37.146
Demais contas não impactadas		18.044	-	18.044	8.115	-	8.115
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>192.727</u>	<u>(2.461)</u>	<u>187.506</u>	<u>184.792</u>	<u>(14.585)</u>	<u>170.207</u>
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		406	-	406	320	-	320
Ativo contratual da concessão	(a)/(c)	188.240	(2.461)	185.779	182.261	(14.585)	167.676
Demais contas não impactadas		1.321	-	1.321	2.211	-	2.211
TOTAL DO ATIVO		<u>249.023</u>	<u>(5.221)</u>	<u>243.802</u>	<u>234.988</u>	<u>(14.585)</u>	<u>220.403</u>
PASSIVO CIRCULANTE		<u>7.493</u>	<u>-</u>	<u>7.493</u>	<u>4.837</u>	<u>-</u>	<u>4.837</u>
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(b)	2.482	-	2.482	1.758	-	1.758
Demais contas não impactadas		5.011	-	5.011	3.079	-	3.079
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>20.301</u>	<u>(508)</u>	<u>19.793</u>	<u>22.032</u>	<u>293</u>	<u>22.325</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	7.263	(161)	7.102	7.016	(449)	6.567
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(b)	12.703	(347)	12.356	14.815	742	15.557
Demais contas não impactadas		335	-	335	201	-	201
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>221.229</u>	<u>(4.713)</u>	<u>216.516</u>	<u>208.119</u>	<u>(14.878)</u>	<u>193.241</u>
Capital Social		194.416	-	194.416	194.416	-	194.416
Reserva de lucros	(a)/(b)	15.859	(4.713)	11.146	13.703	(14.878)	(1.175)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		10.954	-	10.954	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>249.023</u>	<u>(5.221)</u>	<u>243.802</u>	<u>234.988</u>	<u>(14.585)</u>	<u>220.403</u>

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas—Continuação

3.12 Representação de valores correspondentes

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019:

	Ref	Originalmente emitido 2019	Ajustes	Reapresentado 2019
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
Receita operacional líquida	(a)/(b)	50.238	10.452	60.690
Custo dos serviços prestados		(5.506)	-	(5.506)
(Despesas) receitas operacionais		(806)	-	(806)
Receitas e despesas financeiras		1.292	-	1.292
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.963)	-	(1.963)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	(145)	(287)	(432)
Lucro líquido do exercício		43.110	10.165	53.275

4 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	60	31
Aplicações financeiras	8.295	16.360
	8.355	16.391
Caixa e equivalentes de caixa	8.355	8.642
Investimentos de curto prazo	-	7.749

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em média, 92,57% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (96,59% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5 Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da STC é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação das linhas de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão:

Saldo em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)	<u>204.822</u>
Receita de operação e manutenção	10.616
Remuneração do ativo contratual da concessão	52.767
(-) Parcela variável	246
Realização do ativo contratual (recebimento)	(45.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	<u>223.107</u>
Receita de operação e manutenção	11.235
Remuneração do ativo contratual da concessão	22.382
(-) Parcela variável	(10)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(46.958)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>209.756</u></u>
Ativo contratual da concessão - circulante	37.394
Ativo contratual da concessão - não circulante	172.362
Total circulante e não circulante	<u><u>209.756</u></u>

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A STC considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual, somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) – interpretação contratos de concessão, OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)	6.567
Imposto diferido reconhecido no resultado	432
Reclassificação de impostos correntes	103
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	7.102
Imposto diferido reconhecido no resultado	(388)
Reclassificação de impostos correntes	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.677

7 Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	<u>31/12/2020</u>	<u>Reapresentado 31/12/2019</u>	<u>Reapresentado 01/01/2019</u>
PIS e COFINS diferidos	7.656	8.143	8.539
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	5.453	5.802	6.560
Pesquisa e desenvolvimento - P&D diferido	-	-	1.250
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	839	893	966
	13.948	14.838	17.315
Passivo circulante	2.486	2.482	1.758
Passivo não circulante	11.462	12.356	15.557

8 Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui demandas judiciais e administrativas classificados como probabilidade de perda “provável”, por isso, não contabilizou qualquer provisão. Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, em de 31 de dezembro de 2020 as contingências com perda classificadas como “possível” têm valor estimado de R\$203 referente a dois processos de natureza trabalhista (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 30 referente a dois processos de natureza trabalhista).

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 161.416 (R\$ 194.416 em 31 de dezembro de 2019), representado por 211.003.246 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	129.872.000	61,55%	61,55%
Alupar Investimento S.A.	42.200.649	20,00%	20,00%
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	38.930.597	18,45%	18,45%
	211.003.246	100,00%	100,00%

Conforme AGE nº 03/20 de 29 de junho de 2020, foi aprovado a redução de capital social da Companhia no montante de R\$9.000, sem alteração na quantidade de ações ordinárias.

9.2 Reservas de lucro

9.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$13.476 (R\$ 12.474 reapresentado em 31 de dezembro de 2019).

9.2.2 Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação gerado pela adoção do CPC47 ocorrerá em exercícios futuros. Em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberará futuramente sobre a destinação da conta de "Reservas de retenções de lucros". O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.385.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Patrimônio líquido-Continuação

12.3 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da STC, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	<u>31/12/2020</u>	<u>Reapresentado 31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	24.766	53.275
Constituição da reserva legal	(1.002)	(2.156)
Base de cálculo de dividendos	23.764	51.119
Dividendos intermediários	(4.763)	(30.000)
Reserva de lucros retidos	(4.713)	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(14.288)	(10.954)
Reserva de lucro retidos (Adequação ao Ofício CVM 04/2020)	-	(10.165)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) a destinação do resultado foi calculada com base no resultado originalmente apresentado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

10 Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$21 em 31 de dezembro de 2020 (R\$21 em 31 de dezembro de 2019) sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a STC não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>Reapresentado 31/12/2019</u>
Receita operacional bruta	33.617	63.383
(-) Parcela variável	(10)	246
Deduções da receita operacional	(2.668)	(2.939)
PIS	(218)	(245)
COFINS	(1.008)	(1.124)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(874)	(975)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(434)	(446)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(134)	(149)
Receita operacional líquida	<u>30.939</u>	<u>60.690</u>

12 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras	492	1.442
Receita de aplicações financeiras	454	1.247
Juros ativos	35	28
Outras receitas financeiras	3	167
Despesas financeiras	(675)	(150)
Juros sobre arrendamento mercantil	(31)	(18)
Variação monetária	(632)	(122)
Outras despesas financeiras	(12)	(10)
Resultado financeiro líquido	<u>(183)</u>	<u>1.292</u>

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2020		Reapresentado 31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	33.607	33.607	63.629	63.629
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	2.689	4.033	5.090	7.635
Receitas financeiras	492	492	1.442	1.442
Base de cálculo	3.181	4.525	6.532	9.077
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
	772	408	1.609	818
IRPJ e CSLL Exercícios anteriores	14	7	(20)	(12)
Imposto de renda e contribuição social	786	415	1.589	806
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.038)	(551)	(1.309)	(654)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	252	136	(280)	(152)

Em 9 de janeiro de 2018, a STC obteve decisão judicial favorável garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a STC não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão é classificado como pelo custo amortizado.
- Fornecedores e arrendamentos são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A STC utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A STC classifica os saldos de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo como nível I.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da STC podem ser assim identificados:

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Instrumentos financeiros-Continuação

- *Risco de crédito* - a STC mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 991 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a STC mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- *Risco de preço* - as receitas da STC são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da STC é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão (DIT) é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da STC não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

15 Benefícios à empregados

A STC oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.